



São Paulo, 29 de agosto de 2023.

Carta de apresentação das Demonstrações Financeiras

Em consonância com regras estabelecidas na Resolução BCB nº 2/2020, a Instituição está disponibilizando por meio deste arquivo as Demonstrações Financeiras individuais do Banco Volkswagen S.A., para o semestre em 30 de junho de 2023.

As demonstrações e documentos apresentados são:

- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras;
- Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria;
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;

Essas Demonstrações Financeiras individuais foram aprovadas pela Diretoria em 29 de agosto de 2023 e originalmente divulgadas no sítio eletrônico da Instituição (<https://www.vvfs.com.br/volkswagen-financial-services/relacionamento-investidor/demonstracoes-financeiras>) em 29 de agosto 2023.

A Administração declara-se responsável pelas Demonstrações e documentos contidos no arquivo.

PIETER GRIEP
Diretor

LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
Presidente - Comitê de auditoria

LEONARDO BUCSAN EMRICH
Contador - CRC MG-088837/O-0 T-SP

Demonstrações Financeiras

Banco Volkswagen S.A.

30 de junho de 2023

com Relatório do Auditor Independente



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, demonstração do resultado abrangente e dos fluxos de caixa correspondentes aos semestres findos em 30 de junho de 2023 e de 2022.

O mercado com a demanda reprimida e com a restrição de bens e serviços resultou em um aumento da inflação que foi combatido pelo Banco Central do Brasil e CMN através do aumento das taxas básicas de juros, Selic, que durante todo período se manteve em 13,75% aliadas a uma redução das políticas de liquidez e linhas de crédito.

Cabe destacar que apesar da situação difícil, o mercado de carros e de caminhões continua a se desenvolver chegando inclusive a bater recordes de vendas em junho de 2023. Destaque também para o contínuo fortalecimento da parceria com as montadoras Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil, Ducati do Brasil, e Porsche Brasil, bem como as suas respectivas redes de concessionárias.

Neste sentido, o Banco Volkswagen seguiu ofertando serviços financeiros, que aproximam os clientes finais com os produtos ofertados pelas montadoras do Grupo através das redes de concessionárias. O total de ativos ficou em R\$ 39,8 bilhões, com operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos representando R\$ 34,4 bilhões.

DESTAQUES DO SEMESTRE

- Continuamos sendo o maior banco de montadora no Brasil, 20º colocado entre as instituições financeiras privadas e 26ª posição entre os bancos do país, segundo o critério de total de ativos, conforme dados do Banco Central do Brasil.
- Responsável por 81,8% de todos os veículos novos vendidos com financiamento pelo Grupo Volkswagen, sendo 77,3% no segmento de caminhões e ônibus e 82,5% no segmento de automóveis.
- Captação líquida positiva de R\$ 2 bilhões no primeiro semestre do ano em CDBs ofertados aos investidores (pessoas físicas e jurídicas) através de plataformas de investimento. Ampliamos de 2 para 6 plataformas onde oferecemos os nossos produtos e com isso estamos cada vez mais próximos dos nossos investidores.
- Rating de crédito brAAA mantido pela S&P Global, o maior concedido pela agência em escala nacional para créditos corporativos.
- Índice de Basileia de 11,6% em 30 de junho de 2023.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As políticas de crédito do Banco Volkswagen valorizam a manutenção da qualidade de ativos nos diversos contextos econômicos.

As operações de crédito e arrendamento mercantil do Banco Volkswagen em 2023 concentraram 90% de sua carteira entre os ratings AA, A e B.



GOVERNANÇA CORPORATIVA

Gestão colegiada

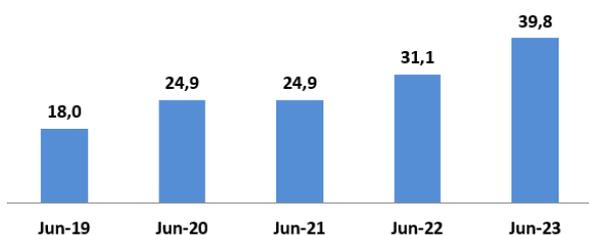
O Banco Volkswagen está alinhado às práticas avançadas de governança corporativa e, no seu modelo de processo decisório, possui comitês de gestão que deliberam de forma colegiada os assuntos relevantes, cabendo ao Comitê Executivo assegurar a implementação e o cumprimento das diretrizes estratégicas.

Ademais conforme as melhores práticas de mercado em 28 de abril de 2023, o Comitê de Auditoria é independente, formado por dois membros externos e um interno, e supervisiona os trabalhos de auditoria e o processo de preparação das demonstrações financeiras.

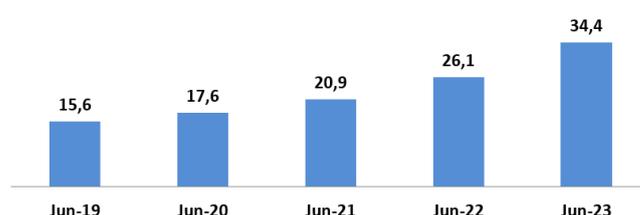
Compromisso com as regulamentações do setor

Como empresa financeira instalada no Brasil, as operações do Banco Volkswagen estão em conformidade com os preceitos obrigatórios emanados pelas autoridades monetárias e fiscais.

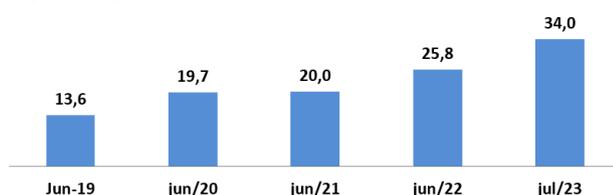
TOTAL DE ATIVOS
(R\$ bilhões)



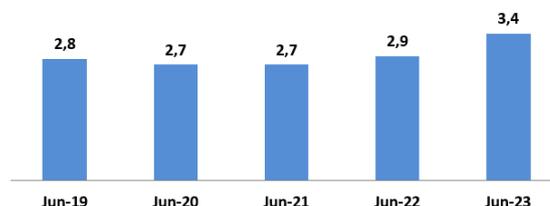
OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS
(R\$ bilhões)



CAPTAÇÃO
(R\$ bilhões)



PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(R\$ bilhões)



Banco Volkswagen S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12
Resumo do relatório do comitê de auditoria	42

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores do
Banco Volkswagen S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa nº 6, em 30 de junho de 2023, a carteira de operações de crédito era de R\$ 34.386.358 mil e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito era de R\$ 932.179 mil. Devido à relevância dessas operações em relação ao total de ativos do Banco, a complexidade na gestão da carteira em função do elevado volume de transações e a exposição ao risco de crédito, consideramos a carteira de operações de crédito e a perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pelo Banco, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação externa, avaliamos os recebimentos financeiros subsequentes, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de operações de crédito e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação da nota explicativa nº 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria--- Continuação

Ambiente de tecnologia

As operações do Banco dependem e coexistem diante do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

No curso de nosso exame, foram envolvidos especialistas na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Continuação

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de agosto de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP034519/O



Rui Borges
Contador CRC SP207135/O

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
Em milhares de reais

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
ATIVO		
CIRCULANTE	19.566.319	18.687.647
Disponibilidades (Nota 3)	86	625
Instrumentos Financeiros	18.866.671	18.342.656
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)	1.571.202	2.481.741
Relações interfinanceiras (Nota 3)	10	13
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	171.567	134.719
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	250.635	-
Operações de crédito (Nota 6)	15.156.919	15.001.389
Títulos e créditos a receber (Nota 6)	1.716.338	724.794
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6 (e))	13.412	11.863
Arrendamentos financeiros	13.412	11.863
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 6 (g))	(258.178)	(227.298)
Operações de crédito	(236.797)	(221.320)
Operações de arrendamento mercantil	(96)	(447)
Outros créditos	(21.285)	(5.531)
Outros ativos (Nota 7)	944.328	559.801
NÃO CIRCULANTE	20.198.410	18.885.675
Instrumentos Financeiros	17.562.009	16.394.439
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	53.354	82.829
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	30.235	209.051
Operações de crédito (Nota 6)	17.478.420	16.102.559
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6 (e))	21.269	22.253
Arrendamentos financeiros	21.269	22.253
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 6 (g))	(674.001)	(597.012)
Operações de crédito	(673.844)	(596.203)
Operações de arrendamento mercantil	(157)	(809)
Ativos fiscais diferidos (Nota 20 (a))	1.361.042	1.244.901
Outros ativos (Nota 7)	1.396.475	1.341.196
Investimentos em participações em controladas (Nota 8)	494.308	443.189
Imobilizado de arrendamento (Nota 6 (e))	1.328	1.328
Imobilizado de uso (Nota 9)	22.998	21.609
Intangível (Nota 10)	78.167	75.804
Depreciações e amortizações	(65.185)	(62.032)
Imobilizado de uso (Nota 9)	(16.149)	(14.564)
Intangível (Nota 10)	(49.036)	(47.468)
TOTAL DO ATIVO	39.764.729	37.573.322

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em milhares de reais

	30/06/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	19.299.155	18.131.684
Depósitos e demais instrumentos financeiros	18.851.958	17.690.498
Recursos de instituição financeira (Nota 11)	7.223.416	6.173.822
Recursos de clientes (Nota 12)	8.342.302	8.820.164
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13)	2.845.309	2.021.752
Dívidas subordinadas (Nota 14)	268.718	424.555
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	1.539	670
Outros passivos financeiros (Nota 6 (f))	170.674	249.535
Outros passivos (Nota 17)	447.197	441.186
NÃO CIRCULANTE	17.035.175	16.219.558
Depósitos e demais instrumentos financeiros	15.240.413	14.432.242
Recursos de instituição financeira (Nota 11)	3.761.112	3.953.205
Recursos de clientes (Nota 12)	3.698.151	2.205.546
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13)	6.111.541	6.565.134
Dívidas subordinadas (Nota 14)	1.459.947	1.526.849
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	118.718	1.181
Outros passivos financeiros (Nota 6 (f))	90.944	180.327
Provisões (Nota 15)	1.272.489	1.252.864
Outras provisões	1.272.489	1.252.864
Passivos fiscais diferidos (Nota 20 (b))	37.422	123.483
Outros passivos (Nota 17)	484.851	410.969
Patrimônio líquido (Nota 18)	3.430.399	3.222.080
Capital social	2.073.883	1.843.883
Reservas de lucros	1.364.681	1.357.123
Outros resultados abrangentes	(151.763)	21.074
Lucros acumulados	143.598	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.764.729	37.573.322

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	30/06/2023	30/06/2022
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.860.784	2.052.786
Operações de crédito	2.679.590	1.905.120
Operações de arrendamento mercantil	3.184	2.740
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	83.680	61.443
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	20.059	63.713
Resultado de operações com características de concessão de crédito	74.271	19.770
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.948.500)	(1.310.989)
Operações de captação no mercado	(1.916.212)	(1.111.799)
Operações de empréstimos e repasses	(7.375)	(136.640)
Operações de venda de ativos financeiros	(24.913)	(62.550)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	912.284	741.797
REVERSÕES (DESPESAS) DE PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (Nota 6 (g))	(362.710)	(283.316)
Operações de crédito	(347.959)	(283.271)
Operações de arrendamento mercantil	1.003	2.504
Outros créditos	(15.754)	(2.549)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	549.574	458.481
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(403.473)	(368.517)
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (g))	81.120	47.515
Despesas de pessoal	(2.806)	(2.745)
Outras despesas administrativas (Nota 23 (c))	(204.092)	(162.137)
Despesas tributárias	(30.645)	(33.763)
Resultado de participação em controlada (Nota 8)	51.119	52.694
Outras receitas operacionais (Nota 23 (d))	98.622	73.569
Outras despesas operacionais (Nota 23 (e))	(396.791)	(343.650)
REVERSÕES (DESPESAS) DE PROVISÕES	(33.351)	(58.025)
Fiscais	(39.519)	(32.311)
Cíveis	(65)	(20.017)
Trabalhistas	6.233	(5.697)
RESULTADO OPERACIONAL	112.750	31.939
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	112.750	31.939
Imposto de renda (Nota 20 (c))	19.988	(6.105)
Contribuição social (Nota 20 (c))	18.418	(4.894)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	151.156	20.940
Lucro por ação do capital social no fim do semestre - R\$ (Nota 19)	0,48	0,07

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Lucro líquido do semestre	151.156	20.940
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	(172.837)	65.388
Hedge de fluxo de caixa	(314.249)	118.887
Hedge de fluxo de caixa – efeitos tributários	141.412	(53.499)
Total do resultado abrangente	(21.681)	86.328
Atribuível a:		
Acionistas da Instituição	(21.681)	86.328
Participação dos não controladores	-	-

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO

Em milhares de reais

	Capital social realizado	Reserva de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Subvenção de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva especial de lucros			
Em 31 de dezembro de 2021	1.598.883	18.515	243.778	939.133	23.910	-	2.824.219
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	65.388	-	65.388
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	20.940	20.940
Destinações:							
Reserva legal	-	-	1.047	-	-	(1.047)	-
Em 30 de junho de 2022	<u>1.598.883</u>	<u>18.515</u>	<u>244.825</u>	<u>939.133</u>	<u>89.298</u>	<u>19.893</u>	<u>2.910.547</u>
Em 31 de dezembro de 2022	1.843.883	18.515	251.563	1.087.045	21.074	-	3.222.080
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(172.837)	-	(172.837)
Aumento de Capital (AGE 22/06/2023)	230.000	-	-	-	-	-	230.000
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	151.156	151.156
Destinações:							
Reserva legal	-	-	7.558	-	-	(7.558)	-
Em 30 de junho de 2023	<u>2.073.883</u>	<u>18.515</u>	<u>259.121</u>	<u>1.087.045</u>	<u>(151.763)</u>	<u>143.598</u>	<u>3.430.399</u>

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	151.156	20.940
Ajustes ao lucro líquido:		
Depreciações e amortizações (Nota 23 (c))	3.153	2.903
Resultado de participação em controlada (Nota 8)	(51.119)	(52.693)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6 (g))	362.710	283.316
Juros de operações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	81.170	88.485
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(20.059)	(63.713)
Resultado de obrigações por empréstimos	309.377	-
Provisões/(reversões) para outros passivos e ativos	(8.849)	(13.003)
Despesas/(reversões) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais (Nota 16 (b))	33.351	58.149
Tributos diferidos	(60.790)	(61.948)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE	<u>800.100</u>	<u>262.436</u>
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	78.255	(8.109)
Redução (aumento) em operações de crédito e de arrendamento mercantil	(1.780.532)	(2.311.882)
Redução (aumento) em outros ativos	(1.408.691)	(745.318)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(68.147)	(146.278)
VARIAÇÃO DE ATIVOS	<u>(3.179.115)</u>	<u>(3.211.587)</u>
Aumento em depósitos e demais instrumentos financeiros	2.607.559	3.317.911
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos	(866.544)	-
Aumento (redução) em outros passivos	(195.419)	(190.191)
VARIAÇÃO DE PASSIVOS	<u>1.545.596</u>	<u>3.127.720</u>
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>(833.419)</u>	<u>178.569</u>
Aquisição de imobilizado de uso (Nota 9)	(1.389)	(2.988)
Aquisição de intangível (Nota 10)	(2.363)	(3.189)
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(3.752)</u>	<u>(6.177)</u>
Redução em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	(303.910)	(88.172)
Aumento de Capital	230.000	-
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(73.910)</u>	<u>(88.172)</u>
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(911.081)</u>	<u>84.220</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	2.482.379	1.477.296
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre (Nota 3)	1.571.298	1.561.516
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(911.081)</u>	<u>84.220</u>

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Volkswagen S.A. (“Instituição”) está autorizado a operar com as carteiras, de crédito e de arrendamento mercantil, de investimento e financiamento e atua, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda., Audi Brasil Distribuidora de Veículos Ltda., Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda e a Porsche Brasil Importadora de Veículos Ltda. As operações da Instituição são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas ligadas no Brasil que atuam junto à Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil, Ducati do Brasil e Porsche Brasil.

A Instituição ingressou como participante do SPB - Sistema de Pagamentos Brasileiro, sob código da instituição financeira 393 - Banco Volkswagen, com conta reserva própria no BACEN.

A Instituição é uma sociedade anônima com sede em São Paulo – SP na Rua Volkswagen, 291 e sua controladora final é a Volkswagen AG, localizada na cidade de Wolfsburg, na Alemanha.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 29 de agosto de 2023.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais da Instituição, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e que incluem os requisitos da Lei das Sociedades por Ações, os dispositivos da Lei nº 11.638/07, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/76 e da Lei nº 6.385/76, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Informamos que alguns números inclusos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento, que atendem as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, sem implicar em distorção nas informações prestadas.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas das Resoluções do CMN nº 4.720/19, 4.818/20 e Resolução BCB nº 2, de 2 de agosto de 2020, foram incluídas na demonstração contábil da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas contábeis internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*). As principais alterações implementadas foram: apresentação em circulante e não circulante; os saldos do balanço patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; apresentação das operações de arrendamento mercantil financeiro a valor presente no ativo; avaliações de resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Instituição incluem, portanto, estimativas referentes ao valor justo dos instrumentos financeiros, provisões para créditos de liquidação duvidosa, para contingências, para imposto de renda ativo e passivo e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e, em relação às operações de arrendamento mercantil financeiro, segundo a Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda - MF, que considera as receitas calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período e o ajuste a valor presente dessas operações.

Desde 02 de janeiro de 2015, de acordo com a Circular BACEN nº 3.693/13, as despesas com comissões pagas pelas operações de crédito ou arrendamento mercantil originadas são reconhecidas no resultado na data da contratação, repactuação ou renovação dessas operações. As despesas anteriores à esta data são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 4.720/19, incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

A composição dos depósitos bancários e outros investimentos registrados em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na (Nota 3).

(c) Instrumentos Financeiros

I - Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são demonstradas pelo seu valor de liquidação, retificado pelo valor das rendas a apropriar. As demais aplicações são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os valores foram demonstrados na (Nota 3), pois possuem prazo igual ou inferior a 90 dias.

II - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Títulos e valores mobiliários, conforme Circular BACEN nº 3.068/01, são classificados de acordo com a intenção da administração em:

- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais**

Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição foram registrados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e são contabilizados pelo valor de mercado, com ganhos e perdas reconhecidos de acordo com suas respectivas classificações, como descrito a seguir:

- (i) destinados a “hedge” de risco de mercado: registradas no resultado do exercício; e
- (ii) destinados a “hedge” de fluxo de caixa: a valorização e/ou desvalorização da parcela efetiva do “hedge” são registradas em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, até o vencimento da correspondente operação.

A composição dos valores registrados em Títulos e valores mobiliários é apresentada na (Nota 5) e os instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais, quanto em conta de compensação, está apresentada na (Nota 4).

III - Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são registradas com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos que estejam em atraso há 60 dias ou mais, passam a ter seus rendimentos reconhecidos como receita quando do efetivo recebimento das prestações. As operações em atraso acima de 360 dias são baixadas contra a correspondente provisão e controladas em conta de compensação por 5 anos.

IV- Operações de crédito cedidas

De acordo com as Resoluções do CMN nº 3.533/08 e 3.809/09, as operações de crédito cedidas, com retenção substancial dos riscos e benefícios, são reclassificadas para rubrica específica no ativo – Operações de crédito vinculadas à cessão (Nota 6 (f)) em contrapartida aos valores recebidos que são registrados em rubrica no passivo – Outras obrigações diversas. Para cada operação de cessão, o ativo é atualizado pela taxa do contrato com o cliente e o passivo pela taxa do contrato de cessão, ambos pelos respectivos períodos de competência.

(d) Operações de arrendamento mercantil

O disposto no artigo 19 do parágrafo 3º na Resolução BCB nº 2/20, determina que a divulgação das operações de arrendamento mercantil financeiro, nas demonstrações financeiras, a partir da data base junho de 2020, sejam demonstradas a valor presente nos montantes totais previstos em contrato. Portanto, o valor do imobilizado de arrendamento, anteriormente divulgado no ativo permanente e o valor residual garantido, anteriormente divulgado no passivo, foram reclassificados para o ativo circulante e as operações com prazo superior a 12 meses, no não circulante.

Os registros contábeis são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados para rendas a apropriar de arrendamento mercantil e perdas em arrendamento diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida à superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente.

O imobilizado de arrendamento, é registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas de depreciação utilizadas são as normais admissíveis, sendo de 20% para veículos. Foi considerada a redução de 30% na vida útil-econômica do bem, de acordo com a Portaria MF nº 140/84.

As perdas apuradas ao término dos contratos de arrendamento mercantil, são amortizadas nos prazos remanescentes da vida útil dos bens arrendados. Os ganhos e perdas são registrados no resultado, não sendo diferidas.

A composição dos valores são demonstrados na (Nota 6 (e)).

(e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos é fundamentada em análise das operações efetuadas pela administração para concluir quanto ao valor de realização de tais créditos e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 2.682/99.

(f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os ativos fiscais diferidos de IRPJ e CSLL foram calculados e reconhecidos sobre diferenças temporárias, principalmente de provisões para perdas de operações de crédito e para contingências, considerando as expectativas de geração de lucros tributáveis, são registrados na rubrica “Créditos Tributários”. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela administração. O passivo tributário diferido decorre, principalmente, da atualização de depósitos judiciais e da superveniência de depreciação, é registrada na rubrica “Obrigações fiscais diferidas” no passivo.

A provisão para imposto de renda - IRPJ foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites. A provisão para contribuição social - CSLL foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018, e retornou à alíquota de 15% em janeiro de 2019.

Em atendimento a Emenda Constitucional nº 103/19, em seu artigo 32, elevou para 20% a alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie a partir de 1º de março de 2020 até que entre em vigor lei que disponha sobre a alíquota da referida contribuição.

A Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021, em seu artigo 3º, elevou para 25% a alíquota da CSLL, a partir de 1º de julho de 2021 vigente até 31 de dezembro de 2021, voltando a 20% a partir de janeiro de 2022.

Foi promulgada a Lei 14.446/22, que elevou em 1% a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras, entre 1º de agosto e 31 de dezembro de 2022, voltando a 20% em janeiro de 2023. A administração apurou os impactos desta alteração de alíquota e julgou que os mesmos são imateriais para fins de alteração das estimativas contábeis.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentadas na (Nota 20).

(g) Investimentos em participação em controladas

O investimento em participação em empresa controlada com participação do capital de 100,00%, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A composição e a empresa controlada é demonstrada na (Nota 8).

(h) Imobilizado de uso e intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

(i) Outros ativos

Demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos e variações monetárias auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados aos respectivos valores de mercado ou de realização.

Os bens não de uso próprio, compostos basicamente por veículos recebidos em dação de pagamento. São registrados, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização.

As despesas antecipadas referem-se, principalmente, prêmio de seguro apropriados ao resultado de acordo com a vigência da apólice.

A composição de outros ativos está apresentada na (Nota 7).

(j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Com base em análise anual da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Instituição, exceto ativo fiscal diferido, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do exercício. Nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

(k) Depósitos e demais instrumentos financeiros

São constituídos pelos depósitos, obrigações por empréstimos e repasses, recursos de letras financeiras, instrumentos financeiros derivativos, outros passivos financeiros e dívidas subordinadas.

As obrigações por transferência de ativos com coobrigação estão classificadas na rubrica “Outros passivos financeiros” do balanço patrimonial.

Os depósitos e demais instrumentos financeiros são apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(l) Captações e emissões

São reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, e posteriormente mensurados a custo amortizado.

A composição dos papéis registrados em depósitos, captações no mercado aberto, bem como prazo e valores estão apresentados nas (Notas 11, 12, 13 e 14).

(m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais**

I – Ativos contingentes - os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização;

II – Passivos contingentes - os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão, nem divulgação;

III – Obrigações legais - são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

(n) Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço.

Registrados contabilmente como resultados de exercícios futuros, representa, principalmente, o valor das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamento e arrendamento mercantil aos quais se referem.

A composição de outros passivos é apresentado na (Nota 17).

(o) Patrimônio líquido

I – Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

II – Reserva de lucros

A reserva de lucros é composta pelas seguintes contas:

- Subvenção de incentivos fiscais – refere-se à parcela do lucro líquido decorrente de subvenções para investimentos previstas em lei.
- Reserva legal – objetiva exclusivamente aumentar o capital social ou compensar prejuízos.
- Reserva especial de lucros – refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a destinação da reserva legal, e que pode ser utilizada para futuro aumento de capital social, absorção de prejuízos ou distribuição de dividendos.

III – Lucro por ação

A Instituição apresenta informações de lucro líquido por ação, o qual é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Instituição pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o semestre (Nota 19).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais**

(p) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que está relacionado com as atividades atípicas da Instituição e não está previsto para ocorrer nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da Instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros, metodologia devidamente documentada em política interna da Instituição.

Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na (Nota 23 (f)).

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Total disponibilidades	86	625
Disponibilidades	86	625
Total aplicações no mercado aberto	1.571.202	2.256.092
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	396.916	71.075
Letras do Tesouro Nacional - LTN	576.911	1.878.918
Notas do Tesouro Nacional - NTN	597.375	306.099
Total aplicações em depósitos interfinanceiros	-	225.649
Pós-fixado DI	-	225.649
Total relações interfinanceiras	10	13
Relações com correspondentes no país	10	13
	<u>1.571.298</u>	<u>2.482.379</u>

As aplicações no mercado aberto referem-se a operações compromissadas de compra com compromisso de revenda, essas operações e as aplicações em depósitos interfinanceiros, possuem prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias com liquidez diária.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição, cujo propósito é de proteção dos ativos e passivos próprios, estão custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data.

Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na B3 aplicáveis a operações com características e prazos similares.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a carteira de derivativos é demonstrada abaixo:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

Tipo	Valor nacional	2023			
		31 de dezembro		1º semestre	
		Ativo	(Passivo)	Patrimônio líquido	Receita (Despesa)
Swap - Pré x DI	243.966	-	(322)	-	(2.310)
Swap de variação cambial - hedge de risco de mercado	-	-	-	-	(104.491)
Swap de variação de taxa de juros - hedge de fluxo de caixa	9.077.153	201.802	(119.935)	(151.763)	126.860
		201.802	(120.257)	(151.763)	20.059
Circulante		171.567	(1.539)		
Não circulante		30.235	(118.718)		
Tipo	Valor nacional	2022			
		31 de dezembro		1º semestre	
		Ativo	(Passivo)	Patrimônio líquido	Receita (Despesa)
Swap - Pré x DI	401.966	-	(670)	-	(3.370)
Swap de variação cambial - hedge de risco de mercado	552.000	3.607	-	-	-
Swap de variação de taxa de juros - hedge de fluxo de caixa	8.242.921	340.163	(1.181)	21.074	67.083
		343.770	(1.851)	21.074	63.713
Circulante		134.719	(670)		
Não circulante		209.051	(1.181)		

Hedge

A estratégia de *hedge* da Instituição visa proteger os fluxos das operações de captação em depósitos a prazo pós fixado, empréstimos no exterior e letras financeiras, referentes aos seus riscos de taxa de juros variável, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor dos fluxos de caixas. As operações de *hedge* são classificadas como *hedge* de fluxo de caixa para proteger o fluxo de caixa futuro das captações efetuadas contra exposição à taxa de juros variável (DI) e *hedge* de risco de mercado para proteger da exposição à variação cambial do Euro provenientes da contratação de empréstimos do exterior.

Em 30 de junho de 2023 o valor nominal é de R\$ 9.077.153 (2022 – R\$ 8.794.921), com prazos de vencimentos entre 2023 até dezembro de 2026. Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado positivo com reflexo no resultado de R\$ 126.860 (2022 – R\$ 67.083) e no patrimônio líquido efeito negativo no semestre de R\$ 172.837 (2022 – positivo R\$ 65.388) líquido dos efeitos tributários, com saldo apresentado no Balanço em 30 de junho de 2023 negativo de R\$ 151.763 (dezembro de 2022 de R\$ 21.074).

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02. Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de *hedge*.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais**

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Instituição adquiriu quotas subordinadas, classificadas como títulos mantidos até o vencimento, de fundos de investimentos em direitos creditórios sob a forma de condomínio fechado com prazos de duração de 5 anos contados a partir da data de emissão, administrados pela BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Em 30 de junho, sua composição é a seguinte:

<u>Início</u>	<u>FIDC</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
11/2021	Driver Brasil Five Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Five	53.354	82.829
		<u>53.354</u>	<u>82.829</u>
	Não circulante	<u>53.354</u>	<u>82.829</u>

Os títulos e valores mobiliários são mensurados pelo valor da quota do último dia útil, divulgado no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Instituição em novembro de 2021, lançou o Driver Brasil Five Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Five, nos mesmos critérios dos FIDC's anteriores (Nota 6(f)).

Em 23 de junho de 2023, a Instituição efetuou um depósito vinculado ao aumento de capital (Nota 18) em Letras do Tesouro Nacional no montante de R\$ 250.635.

Conforme disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, a Instituição declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento. Durante o semestre de 2023 não houve vendas ou reclassificações de títulos classificados nesta categoria.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

Os principais parâmetros para a classificação das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos e para a constituição da provisão estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/99 são: as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são classificadas em nove níveis de risco; as respectivas provisões são efetuadas com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela Resolução e levam em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

(a) Composição a valor presente da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Operações de crédito	32.635.339	31.103.948
Operações de arrendamento mercantil financeiro	34.681	34.116
Outros créditos - títulos e créditos a receber	1.716.338	724.794
	<u>34.386.358</u>	<u>31.862.858</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

(b) Distribuição da carteira por nível de risco e provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

2023					
Nível de risco	Curso anormal		Curso normal	Total	Provisão
	Vincendas	Vencidos			
AA	-	-	7.813.224	7.813.224	-
A	-	-	18.824.235	18.824.235	94.126
B	328.377	33.549	3.910.736	4.272.662	42.727
C	509.547	24.532	1.336.100	1.870.179	56.105
D	335.078	22.395	362.353	719.826	71.982
E	111.694	11.903	35.703	159.300	47.790
F	95.117	12.913	48.058	156.088	78.046
G	64.459	10.098	23.583	98.140	68.699
H	305.554	75.943	91.207	472.704	472.704
	<u>1.749.826</u>	<u>191.333</u>	<u>32.445.199</u>	<u>34.386.358</u>	<u>932.179</u>

2022					
Nível de risco	Curso anormal		Curso normal	Total	Provisão
	Vincendas	Vencidos			
AA	-	-	7.017.098	7.017.098	3.285
A	-	-	17.671.163	17.671.163	91.978
B	351.601	32.055	4.027.208	4.410.864	44.109
C	389.765	19.837	976.742	1.386.344	41.649
D	221.566	15.553	384.426	621.545	62.239
E	96.713	10.010	28.824	135.547	40.664
F	58.046	7.732	55.503	121.281	60.640
G	42.553	6.969	14.712	64.234	44.964
H	281.363	69.492	83.927	434.782	434.782
	<u>1.441.607</u>	<u>161.648</u>	<u>30.259.603</u>	<u>31.862.858</u>	<u>824.310</u>

(c) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das parcelas para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

2023			
	Curso anormal	Curso normal	Total
vincendas			
Até 180 dias	380.431	8.737.412	9.117.843
De 181 a 360 dias	328.732	7.393.107	7.721.839
Acima de 361 dias	1.040.663	16.253.463	17.294.126
	<u>1.749.826</u>	<u>32.383.982</u>	<u>34.133.808</u>
vencidos			
De 01 a 14 dias	19.176	61.217	80.393
De 15 a 60 dias	76.313	-	76.313
De 61 a 180 dias	64.481	-	64.481
De 181 a 360 dias	31.363	-	31.363
	<u>191.333</u>	<u>61.217</u>	<u>252.550</u>
	<u>1.941.159</u>	<u>32.445.199</u>	<u>34.386.358</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais**

			2022
	Curso anormal	Curso normal	Total
vincendas			
Até 180 dias	316.197	8.453.945	8.770.142
De 181 a 360 dias	272.383	6.643.456	6.915.839
Acima de 361 dias	853.027	15.075.526	15.928.553
	<u>1.441.607</u>	<u>30.172.927</u>	<u>31.614.534</u>
vencidos			
De 01 a 14 dias	16.927	86.676	103.603
De 15 a 60 dias	64.548	-	64.548
De 61 a 180 dias	52.084	-	52.084
De 181 a 360 dias	28.089	-	28.089
	<u>161.648</u>	<u>86.676</u>	<u>248.324</u>
	<u>1.603.255</u>	<u>30.259.603</u>	<u>31.862.858</u>

(d) Distribuição da carteira por ramo de atividade para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2023	2022
Pessoas físicas	11.566.380	10.159.497
Outros serviços	12.994.293	11.370.284
Comércio	6.804.101	7.538.850
Indústria	2.164.788	2.012.461
Rural	222.948	193.570
Habitação	567.018	501.340
Intermediário financeiro	66.830	86.856
	<u>34.386.358</u>	<u>31.862.858</u>

(e) Carteira de arrendamento mercantil

	2023		2022	
	Financeiro	Operacional	Financeiro	Operacional
Operações de arrendamento mercantil (exceto PDD)	146	-	97	-
Bens arrendados	55.833	3.186	70.983	3.186
Depreciação acumulada de bens arrendados	(33.649)	(1.858)	(47.307)	(1.858)
Superveniência de depreciação	21.840	-	33.679	-
Perdas em arrendamento a amortizar	243	-	106	-
Amortização acumulada de perdas em arrendamento	(32)	-	(82)	-
Credores por antecipação de valor residual	(9.700)	-	(23.360)	-
	<u>34.681</u>	<u>1.328</u>	<u>34.116</u>	<u>1.328</u>

Os contratos de arrendamentos a receber possuem vencimentos até 2028 e os bens arrendados possuem compromissos para venda aos arrendatários ao término dos respectivos contratos no montante de R\$ 20.183 (2022 - R\$ 33.989), sendo que desse total R\$ 9.700 (2022 - R\$ 23.360) foram recebidos antecipadamente. Os contratos de arrendamento mercantil possuem cláusulas de opção de compra e podem ser pactuados com cláusulas de correção monetária postecipada. As operações de arrendamento mercantil financeiro, estão classificadas a valor presente e as operações de arrendamento mercantil operacional a valor nominal.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais**

(f) Operações de crédito vinculadas a cessão

A Instituição realizou cessões de crédito na modalidade “CDC” para fundos de investimentos em direitos creditórios, dos quais a Instituição detém a totalidade das quotas subordinadas (Nota 5). Conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.533/08, as referidas cessões foram classificadas na categoria “com retenção substancial de risco e benefícios” e portanto o ativo cedido foi registrado em rubrica no balanço patrimonial em “Operações de crédito” e o passivo registrado como “Outros passivos financeiros”. Os valores presentes à época e o valor da posição atual são:

i) Valor presente a época

	<u>Data início</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
FIDC Driver Five	11/2021	1.139.633	1.116.926
		<u>1.139.633</u>	<u>1.116.926</u>

ii) Saldo contábil

	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
FIDC Driver Five	256.435	430.331	261.618	429.862
	<u>256.435</u>	<u>430.331</u>	<u>261.618</u>	<u>429.862</u>
Circulante	173.920	268.385	170.674	249.535
Não circulante	82.515	161.946	90.944	180.327

(g) Movimentação da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	<u>2023</u>		<u>2022</u>
	<u>1º semestre</u>	<u>1º semestre</u>	<u>Exercício</u>
Saldo inicial	824.310	705.664	705.664
Constituição de provisão	362.710	283.316	593.723
Baixas por utilização	(254.841)	(223.936)	(475.077)
Saldo final (i)	<u>932.179</u>	<u>765.044</u>	<u>824.310</u>

Em 30 de junho, foram recuperados créditos no montante de R\$ 166.781 (2022 - R\$ 202.833). Foram renegociados créditos no montante de R\$ 135.565 (2022 - R\$ 51.967) e o saldo das operações renegociadas com clientes, nos termos da Resolução do CMN nº 2.682/99, em 30 de junho é de R\$ 957.219 (2022 - R\$ 1.421.358).

Em virtude da crise financeira decorrente da pandemia, foram concedidas renegociações e prorrogações de dívida a clientes que apresentavam atrasos inferiores a 15 dias no cenário anterior a mesma.

De acordo com critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.803/20, ficou permitido às instituições financeiras, a reclassificar, para o nível de provisão em que estavam classificados os clientes em 29 de fevereiro, as operações renegociadas no período de 1º de março até 31 de dezembro de 2020. O saldo destas operações em 30 de junho é de R\$ 957.219 (2022 - R\$ 1.025.973).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

7. OUTROS ATIVOS

	2023	2022
Devedores por depósitos judiciais (Nota 16 (a))	1.001.596	976.478
Devedores diversos	546.061	225.651
Impostos e contribuições a compensar	609.647	554.121
Outros valores e bens	174.008	135.774
Despesas antecipadas	9.491	8.973
Total	2.340.803	1.900.997
Circulante	944.328	559.801
Não circulante	1.396.475	1.341.196

8. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÃO EM COLIGADAS E CONTROLADAS

	Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.	
Informações sobre a investida:	2023	2022
Número de quotas	300.006.232	300.006.232
Participação no capital	100,00%	100,00%
Lucro líquido nos semestres	51.119	52.694
Patrimônio líquido	494.308	443.189
Resultado de participação em controlada	51.119	52.694
Investimento (i)	494.308	443.189

9. IMOBILIZADO DE USO

	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Total
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2021	6.771	6.771
Aquisições	3.107	3.107
Depreciação do período	(2.833)	(2.833)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2022	7.045	7.045
Custo	21.609	21.609
Depreciação acumulada	(14.564)	(14.564)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2022	7.045	7.045
Aquisições	1.389	1.389
Depreciação do período	(1.585)	(1.585)
Movimentação líquida em 31 de junho de 2023	6.849	6.849
Custo	22.998	22.998
Depreciação acumulada	(16.149)	(16.149)
Movimentação líquida em 31 de junho de 2023	6.849	6.849

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

10. INTANGÍVEL

	Softwares	Custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente	Total
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021	1.388	22.161	23.549
Aquisições	163	7.879	8.042
Amortização do período	(560)	(2.695)	(3.255)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2022	991	27.345	28.336
Custo	19.290	56.514	75.804
Amortização acumulada	(18.299)	(29.169)	(47.468)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2022	991	27.345	28.336
Aquisições	-	2.363	2.363
Amortização do período	(241)	(1.327)	(1.568)
Saldo contábil líquido em 30 de junho de 2023	750	28.381	29.131
Custo	19.290	58.877	78.167
Amortização acumulada	(18.539)	(30.497)	(49.036)
Saldo contábil líquido em 30 de junho de 2023	751	28.380	29.131

11. RECURSOS DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Os recursos de Instituição Financeira, referem-se a um total de R\$ 10.984.528 (2022 - R\$ 10.127.027), sendo segregados por:

- Obrigações por recursos obtidos para repasses junto à Agência Especial de Financiamento Industrial ("FINAME"), basicamente indexados a TJLP e TJLP SELIC, e;
- Depósitos interfinanceiros custodiados na B3, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 100,00% a 115,00% do DI (2022 - 100,00% a 115,00% do DI), com o respectivo fluxo de vencimento;
- Obrigações por Operações Compromissadas em Notas do Tesouro Nacional com prazo de vencimento em até 1 dia, e;
- Obrigações com Empréstimos no Exterior em Euro, em 2023 a taxas de juros prefixadas de até 2,8% ao ano, com prazo de vencimento em até 30 dias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

	2023		2022	
	Depósitos interfinanceiros	Obrigações por repasses - FINAME	Depósitos interfinanceiros	Obrigações por repasses - FINAME
Até 90 dias	1.337.687	83.587	1.174.354	97.853
De 91 a 365 dias	5.610.308	191.834	4.062.410	241.437
De 1 a 3 anos	3.282.240	337.265	3.439.050	341.460
Acima de 3 anos	-	141.607	-	172.695
Total	10.230.235	754.293	8.675.814	853.445
Circulante	6.947.995	275.421	5.236.764	339.290
Não circulante	3.282.240	478.872	3.439.050	514.155
	Obrigações Compromissadas	Empréstimos no Exterior	Obrigações Compromissadas	Empréstimos no Exterior
Até 30 dias	-	-	40.600	557.168
Circulante	-	-	40.600	557.168

12. RECURSOS DE CLIENTES

Os recursos de clientes, referem-se a depósitos a prazo, custodiada na B3, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 98,0% a 111,9% do DI, (2022 - 97,0% a 111,9% do DI).

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, é composta como segue:

	2023	2022
Até 90 dias	2.610.145	2.991.217
De 91 a 365 dias	5.732.157	5.828.947
De 1 a 3 anos	3.589.017	2.062.029
Acima de 3 anos	109.134	143.517
Total	12.040.453	11.025.710
Circulante	8.342.302	8.820.164
Não circulante	3.698.151	2.205.546

13. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se a obrigações representadas por letras financeiras emitidas pela Instituição, custodiadas na B3, com vencimento até novembro de 2027, indexadas a taxas pós-fixadas que variam de 100,0% a 112,8% do DI, (2022, com vencimento até janeiro de 2027, indexadas a taxas pós-fixadas que variam de 100,0% a 112,8% do DI).

	2023	2022
Até 90 dias	873.911	486.683
De 91 a 365 dias	1.971.398	1.535.069
De 1 a 3 anos	5.465.121	5.304.418
Acima de 3 anos	646.420	1.260.716
	8.956.850	8.586.886
Circulante	2.845.309	2.021.752
Não circulante	6.111.541	6.565.134

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais**

14. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL

Referem-se a notas de negociação de letras financeiras sob a condição de dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação com resgate final no vencimento, custodiadas na B3. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, são compostas como segue:

Prazo até o vencimento	Valor original da operação		Saldo	
	2023	2022	2023	2022
Até 1 ano	86.883	143.272	268.718	424.555
De 1 a 3 anos	189.425	178.813	570.563	519.535
De 3 a 5 anos	550.026	604.705	889.384	1.007.314
	<u>826.334</u>	<u>926.790</u>	<u>1.728.665</u>	<u>1.951.404</u>

Todas as operações são remuneradas a taxas prefixadas que variam de 8,7% a 9,7% ao ano (2022 – 8,7% a 9,7% ao ano).

Os instrumentos de dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.192/13 devem ser destacados em conta distinta, na rubrica “instrumentos de dívidas elegíveis a capital”. Em 30 de junho, o montante referente a esses passivos é de R\$1.652.748 (2022 – R\$1.697.882). As demais operações continuam sendo registradas em “dívidas subordinadas”, inclusive aquelas que possuíam aprovação do BACEN para compor o Nível II de capital anterior à norma vigente.

O valor utilizado como Nível II (Nota 23 (b)) do patrimônio de referência da Instituição, após reduções aplicáveis de acordo com o prazo de vencimento das operações, é de R\$ 685.001 (2022 – R\$ 725.255).

15. PROVISÕES

A composição das Provisões é demonstrada abaixo:

	2023	2022
Provisão para contingências e obrigações legais (Nota 16)	1.272.382	1.252.763
Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 23 (h))	107	101
	<u>1.272.489</u>	<u>1.252.864</u>
Não circulante	<u>1.272.489</u>	<u>1.252.864</u>

16. PROVISÕES – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

(a) Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Instituição apresentava os seguintes passivos relacionados a provisão para contingências e obrigações legais, e correspondentes depósitos e bloqueios judiciais:

	Provisão para contingências e obrigações legais		Depósitos e bloqueios judiciais	
	2023	2022	2023	2022
Reclamações trabalhistas (Nota 16 (c))	36.508	48.075	15.658	17.155
Reclamações cíveis (Nota 16 (c))	206.317	212.818	33.276	31.110
Riscos fiscais (Nota 16 (c))	133.898	134.950	108.823	103.668
Obrigações legais (Nota 16 (c))	895.659	856.920	843.839	824.545
Total	<u>1.272.382</u>	<u>1.252.763</u>	<u>1.001.596</u>	<u>976.478</u>
Não circulante	<u>1.272.382</u>	<u>1.252.763</u>	<u>1.001.596</u>	<u>976.478</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais**

(b) A movimentação da provisão para contingências e obrigações legais é demonstrada a seguir:

	Provisão para contingências e obrigações legais		
	2023	2022	
	1º semestre	1º semestre	Exercício
Saldo inicial	1.252.763	1.117.978	1.117.978
Constituição	27.987	28.915	194.525
Reversão	(35.704)	(22.871)	(117.207)
Baixa	(13.732)	(10.827)	(32.886)
Atualização monetária	41.068	52.105	90.353
Saldo final (i)	<u>1.272.382</u>	<u>1.165.300</u>	<u>1.252.763</u>

(i) O impacto na Demonstração de Resultado, classificados na rubrica reversão/(despesas) de provisão no montante de R\$ 33.351 (30 de junho de 2022 – R\$ 58.025) e registrado na rubrica de contribuição social, o montante de R\$ - (30 de junho de 2022 – R\$ 124).

A Administração da Instituição avalia as possibilidades de perdas, ajustando a provisão para contingências conforme requerido. Em 30 de junho, as principais contingências provisionadas estavam relacionadas a processos judiciais de ordens trabalhistas, fiscais e cíveis em andamento. Baseada na opinião de seus advogados, a administração mantém registradas provisões em montante considerado suficiente para fazer face a perdas decorrentes do desfecho destes processos.

(c) A natureza das provisões para contingências e obrigações legais pode ser sumariada como segue:

Reclamações trabalhistas – tratam-se de ações trabalhistas que envolvem pedidos de diferenças salariais, enquadramento na categoria de bancário/funcionário, pagamentos de horas extras, adicional de periculosidade, diferenças na participação nos lucros e resultados e os mais variados temas referentes ao contrato de trabalho, provisionadas com base na expectativa de êxito e valor discutido na ação judicial. As provisões consideram o risco da ação desde a sua fase inicial, através da análise das teses discutidas e das situações fáticas de cada caso.

Reclamações cíveis – as principais ações estão relacionadas a reclamações de clientes, órgãos e entidades diversas de defesa do consumidor, nas quais pleiteiam a revisão das cláusulas contratuais consideradas por eles abusivas nas operações de financiamento, provisionadas considerando a expectativa de êxito e histórico de perdas da Instituição.

Riscos fiscais – referem-se, principalmente, à discussão quanto a cobrança de ISS sobre as operações de arrendamento mercantil financeiro de veículos no Município de São Paulo, no total de R\$ 75.520 (2022 - R\$ 73.190) e a discussão acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido (VRG) de operações de arrendamento mercantil, no total de R\$ 37.962 (2022 – R\$ 37.962).

Obrigações legais – referem-se, principalmente, à discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL paga pelas instituições financeiras de 9% para 15% e, posteriormente, de 15% para 20% que somam o montante de R\$ 722.643 (2022 - R\$ 692.371) e à discussão quanto a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo de PIS, totalizando o montante de R\$ 31.213 (2022 – R\$ 30.128).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais****(d) Passivos contingentes, classificados como perdas possíveis não provisionados**

A Instituição tem ações de natureza tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Tributárias		
IOF (i)	860.289	835.953
IRPJ/CSLL (ii)	353.424	382.031
ISS (iii)	458.326	419.515
Outros	<u>152.533</u>	<u>147.917</u>
	<u>1.824.572</u>	<u>1.785.416</u>
Cíveis		
Ações revisionais	<u>7.736</u>	<u>8.175</u>
	<u>7.736</u>	<u>8.175</u>

(i) Discussão acerca da incidência de IOF sobre o ingresso de valores em 2007, decorrente de reorganização societária do Grupo.

(ii) Discussão de IRPJ/CSLL e respectivas multas referente à amortização de ágio dos períodos de 2008 a 2012, decorrente da incorporação da Volkswagen Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil pelo Banco Volkswagen S.A.

(iii) Discussão junto ao município de São Paulo acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido (VRG) e sobre os lucros na alienação de operações de arrendamento mercantil.

17. OUTROS PASSIVOS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Impostos e contribuições a pagar	58.275	34.317
Resultado de exercícios futuros	501.808	409.933
Contas a pagar	106.213	230.091
Contratos de financiamentos a pagar	98.663	111.512
Recebimentos em trânsito a processar	119.679	14.045
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	15.005	12.349
Outros	<u>32.405</u>	<u>39.908</u>
Total	<u>932.048</u>	<u>852.155</u>
Circulante	<u>447.197</u>	<u>441.186</u>
Não circulante	<u>484.851</u>	<u>410.969</u>

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, totalmente subscrito, integralizado e aprovado pelo BACEN é representado por 312.956.418 (2022 - 312.956.418) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais**

Na Assembleia Geral Extraordinária de 22 de junho de 2023, foi deliberado o aumento de capital, a ser subscrito e integralizado em moeda corrente nacional no montante de R\$ 230.000, sem a emissão de novas ações, tendo sido aprovado pelo Banco Central do Brasil em 9 de agosto de 2023.

19. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro líquido por ação atribuído aos acionistas da Instituição para os semestres findos em 30 de junho de 2023 e de 2022:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Numerador		
Lucro líquido do semestre	151.156	20.940
Denominador		
Média ponderada do número de ações	312.956	312.956
Lucro líquido por ação	0,48	0,07

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os ativos e passivos fiscais diferidos foram constituídos pela aplicação das alíquotas de IRPJ e de CSLL sobre suas respectivas bases. A Instituição utilizou a alíquota de IRPJ (25%) vigente, e a alíquota de CSLL (20%) majorada por meio da Emenda Constitucional nº 103, promulgada em novembro de 2019, conforme Parágrafo único do Art. 10 da Resolução CMN nº 4.842/20 do Banco Central do Brasil. O saldo dos ativos fiscais diferidos é de R\$ 1.361.042 (2022 - R\$ 1.244.901) relacionados principalmente a provisões e perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 1.032.066 (2022 - R\$ 951.184) e contingências no montante de R\$ 181.615 (2022 - R\$ 189.668). O saldo dos passivos fiscais diferidos é de R\$ 37.422 (2022 - R\$ 123.483) e referem-se principalmente a atualização de depósitos judiciais R\$ 23.638 (2022 - R\$ 12.759) e de superveniência de depreciação R\$ 9.828 (2022 - R\$ 15.155), com prazo de realização em 2028.

(a) Ativos fiscais diferidos - período de realização

	<u>Dez/2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>De 2026 a 2033</u>	<u>Total</u>
Imposto de renda e contribuição social	209.104	210.288	317.030	624.620	1.361.042

De acordo com a Resolução BCB nº 2/20, os saldos dos ativos fiscais diferidos de 31 de dezembro de 2022 de 2021, foram classificados no Balanço Patrimonial, em ativo não circulante.

O valor presente dos ativos fiscais diferidos no período totaliza R\$ 1.025.646 (2022 - R\$ 925.613) descontados à taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

(b) Movimentação dos ativos fiscais diferidos e dos passivos fiscais diferidos

	Ativos fiscais diferidos			Passivos fiscais diferidos		
	2023		2022	2023		2022
	1º semestre	1º semestre	Exercício	1º semestre	1º semestre	Exercício
Saldo inicial	1.244.901	1.430.108	1.430.108	123.482	202.475	202.475
Constituição	363.526	762.928	624.096	10.880	75.027	105.105
Realização	(247.385)	(685.102)	(809.303)	(96.940)	(5.650)	(184.097)
Saldo final	1.361.042	1.507.934	1.244.901	37.422	271.852	123.483

(c) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Resultado antes da tributação sobre o lucro	112.750	31.939
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(50.738)	(14.372)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Adições (exclusões) permanentes	73.223	(13.487)
Equivalência patrimonial (Nota 8)	23.004	23.712
Outros	(7.083)	(6.852)
Imposto de renda e contribuição social nos semestres	38.406	(10.999)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(22.383)	(72.947)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	60.789	61.948

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2023	2022	2023	2022
Volkswagen Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(5.614)	(24.222)	(1.490)	(3.572)
Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.				
Depósitos a prazo	(225.279)	(305.549)	(19.127)	(12.524)
Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.				
Depósitos a prazo	(10.527)	(29.466)	(2.492)	(3.148)
Volkswagen Administradora de Negócios Ltda.				
Depósitos a prazo	(1.891)	(922)	(51)	(118)

Banco Volkswagen S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais**

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2023	2022	2023	2022
Simple Way Locações e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(37.344)	(169.293)	(8.182)	(6.048)
Volkswagen Participações Ltda.				
Operação de crédito	-	-	-	777
Depósitos a prazo	(19.476)	(132.504)	(8.443)	(14.512)
Contas a pagar	(3.438)	(19.166)	-	-
Outras despesas administrativas	-	-	(112.031)	(85.771)
Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.				
Contas a pagar	-	(25.000)	-	-
Depósitos a prazo	(1.885.610)	(2.303.507)	(91.639)	(72.470)
Letras financeiras subordinadas	(1.728.665)	(1.951.404)	(81.170)	(88.485)
Contas a receber – subsídios	107.780	117.129	199.776	102.128
Arrendamento mercantil financeiro	1.055	1.235	38	49
MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda.				
Depósitos a prazo	(1.110.931)	(789.433)	(37.464)	(92.023)
Contas a receber – subsídios	22.241	35.152	16.306	2.666
Contas a receber	64.405	22.556	-	-
MAN Energy Solutions Brasil e Equipamentos e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	-	-	-	(1.124)
AUDI Brasil Distribuidora de Veículos Ltda.				
Depósitos a prazo	(708.925)	(804.102)	(46.184) -	(29.146)
Contas a receber – subsídios	1.686	889	1.309	252
Volkswagen Financial Services AG				
Contas a pagar	(74)	(74)	-	(2.149)
VW FS Digital Solutions GMBH				
Contas a pagar	-	-	-	(9.215)
Contas a receber	-	-	-	623
Volkswagen Business Services GmbH				
Contas a pagar	-	-	8.478	-
VW Software Asset Management GmbH				
Contas a pagar	10	-	4.276	(1.252)
Volkswagen AG				
Contas a pagar	-	-	2.125	-

Banco Volkswagen S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais**

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2023	2022	2023	2022
Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda				
Contas a receber – subsídios	378	282	795	51
LM Transportes Interestaduais Serviços e Comércio S.A. (i)				
Depósitos a prazo	(704.925)	(737.635)	(30.981)	(33.965)
Operação de crédito	-	12.329	5	794
Títulos e créditos a receber	352.046	381.446	17.674	637
LM Transportes Serviços e Comércio Ltda				
Depósitos a prazo	-	(42.159)	(973)	(347)
Operação de crédito	-	2.515	55	79
Porsche Brasil Importadora de Veículos Ltda				
Depósitos a prazo	(253.601)	(91.788)	(12.383)	-
Contas a receber – subsídios	27	-	2	-
Volkswagen Financial Services N.V. Amsterdam				
Empréstimo no exterior	-	(557.168)	-	-

(i) em 2022, a empresa LM Transportes Interestaduais Serviços e Comércio S.A. realizou incorporação reversa da empresa Fleetzil Locações e Serviços Ltda., as operações que estavam em andamento, foram transferidas.

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Instituição, composto pelos diretores e membros do Comitê Executivo.

A remuneração proporcional dos serviços prestados à Instituição no período corresponde a:

	2023	2022
Benefícios de curto prazo	8.940	11.920
Benefícios pós-emprego	1.890	297
Outros benefícios de longo prazo	1.022	535
	11.852	12.752

A remuneração do pessoal chave da administração é paga por uma das empresas do Grupo.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais**

22. VALOR JUSTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

(a) Comparativo do valor contábil e valor justo

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	Em 30 de junho de 2022		Em 31 de dezembro de 2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	1.571.298	1.571.298	2.482.379	2.482.379
Ativos financeiros mantidos até o vencimento (i)	53.354	53.354	82.829	82.829
Instrumentos financeiros derivativos (i)	201.802	201.801	343.770	343.770
Operações de crédito e arrendamento mercantil (i)	31.760.454	30.645.636	30.320.613	28.477.985
Outros ativos	651.675	651.675	201.190	201.190
Total de ativos financeiros	34.238.583	33.123.764	33.430.781	31.588.153
Recursos de instituição financeira (ii)	10.984.528	10.984.528	10.127.027	10.127.027
Recursos de clientes (iii)	12.040.453	12.040.454	11.025.710	11.025.710
Recursos de aceites e emissão de títulos (iii)	8.956.850	8.956.850	8.586.886	8.586.886
Instrumentos financeiros derivativos (i)	120.257	120.257	1.851	1.851
Dívidas subordinadas (iv)	1.728.665	1.818.692	1.951.404	2.117.833
Outros passivos (v)	1.107.968	1.107.968	1.187.606	1.187.606
Total de passivos financeiros	34.938.721	35.028.749	32.880.484	33.046.913

(i) Para operações a taxa pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo. Para operações a taxa pré-fixada, o valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual de juros praticada pela Instituição em operações similares.

(ii) Recursos de instituições financeiras referem-se a:

- Depósitos interfinanceiros, indexadas a taxas pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo.
- Financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), na modalidade FINAME, indexadas à TJLP, bem como captação de empréstimos no mercado, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.

(iii) Referem-se a operações de depósitos a prazo e recursos de aceite e emissão de títulos, indexadas a taxas pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

(iv) O valor contábil das dívidas subordinadas é baseado em taxas contratuais, as quais foram definidas por estudos macroeconômicos para a determinação de taxas fixas de juros para operações de longo prazo. O valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual para operações similares.

(v) Referem-se principalmente a operações de transferência de ativos financeiros sem desconhecimento, pós-fixadas, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.

(b) Hierarquia do valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, a Instituição utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais**

Nível 3: dados não observáveis para ativos ou passivos.

A tabela a seguir apresenta a composição da hierarquia dos instrumentos financeiros da Instituição, mensurados ao valor justo:

	Em 30 de junho de 2023				
	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.571.202	1.571.203	-	-	1.571.203
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	53.354	53.354	-	-	53.354
Instrumentos financeiros derivativos	201.802	-	201.802	-	201.802
Total de ativos financeiros	1.826.358	1.624.557	201.802	-	1.826.359
Instrumentos financeiros derivativos	120.257	-	120.257	-	120.257
Passivos financeiros mensurados a valor justo	10.642.875	-	10.642.875	-	10.642.875
Total de passivos financeiros	10.763.132	-	10.763.132	-	10.763.132
	Em 31 de dezembro de 2022				
	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.481.741	2.481.741	-	-	2.481.741
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	82.829	82.829	-	-	82.829
Instrumentos financeiros derivativos	343.770	-	343.770	-	343.770
Total de ativos financeiros	2.908.340	2.564.570	343.770	-	2.908.340
Instrumentos financeiros derivativos	1.851	-	1.851	-	1.851
Passivos financeiros mensurados a valor justo	9.380.146	-	9.380.146	-	9.380.146
Total de passivos financeiros	9.381.997	-	9.381.997	-	9.381.997

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Em atendimento à Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição possui uma estrutura de Gerenciamento de Riscos e uma de Gerenciamento de Capital, compatíveis com a natureza de suas operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos aos seus clientes.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital foram constituídas em unidades independentes das áreas de negócios e da auditoria interna, e são subordinadas às Diretorias de Risco e de Back Office, respectivamente:

(i) Risco de Crédito – define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a mitigação e controle, a Instituição estabeleceu políticas internas e processos para acompanhamento periódico das atividades de crédito, monitoramento do risco e identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito;

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais**

(ii) Risco Operacional – define-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Visando a mitigação e o controle, foram estabelecidas metodologias, políticas e procedimentos internos para identificação e monitoramento do risco operacional, além da disseminação da cultura de gerenciamento de riscos. A Instituição captura e registra as perdas operacionais em banco de dados, apoia a definição e captura os eventos de risco operacional para acompanhamento dos níveis de risco aceitáveis, avalia e monitora os riscos decorrentes de serviços terceirizados relevantes, estabelece um plano de contingência que assegure a continuidade das atividades críticas, contemplando testes e revisões periódicas;

(iii) Risco de Taxa de Juros – Risco de Taxa de Juros: define-se como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros em relação aos instrumentos mantidos na carteira bancária e nos resultados da instituição, além de promover efeitos no gerenciamento de capital. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas de mercado, o risco de taxa de juros é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(iv) Risco de Liquidez – define-se como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido a seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade de mercado. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas de mercado, o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(v) Risco Social, ambiental e climático – define-se o risco social como a possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum.

Define-se o risco ambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

Define-se o risco climático, em suas vertentes de risco de transição e de risco físico:

I - Risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e.

II - Risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

Visando a mitigação e controle, foram estabelecidas metodologias, políticas, buscando prover condições para o tratamento adequado dos riscos sociais, ambientais e climáticas dentro do escopo definido.

(vi) Gerenciamento de Capital – a Instituição possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. As decisões sobre políticas e estratégias para gestão do capital e seu monitoramento são realizadas em comitês gerenciais, cabendo ao Comitê de Riscos juntamente com a Diretoria o papel de supervisão para assegurar que o nível de capital aprovado e requerido está sendo seguido. O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo da Instituição. Maiores detalhes sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital estão disponíveis no site: <https://www.vwfs.com.br/volkswagen-financial-services/relacionamento-investidor/gestao-de-risco.html>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais**

(b) Gestão de capital

A gestão de capital é baseada em informações do Conglomerado Prudencial, que, conforme definido pela Resolução do CMN nº 4.950/21, inclui Banco Volkswagen S.A., a instituição líder, Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda, e fundos de investimentos em direitos creditórios – nos quais a Instituição assume substancialmente os riscos e benefícios.

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pela administração por meio de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Acordo de Basileia, na forma implementada pelo CMN e BACEN, para fins de supervisão. As informações exigidas são mensalmente submetidas ao órgão competente. O Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial está dividido em dois níveis:

(a) Nível I: composto pelo capital principal, apurado a partir do capital social, reserva de lucros, lucros acumulados do período (apresentados como “Patrimônio Líquido” no quadro abaixo), e ajustes prudenciais referentes a saldos de ativos intangíveis constituídos a partir de 1º de outubro de 2013, créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias após regras descritas no art. 4º da Resolução do CMN nº 4.955/21.

(b) Nível II: composto por dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.955/21 e também aquelas aprovadas pelo BACEN de acordo com a norma anterior.

Os ativos ponderados pelo risco são determinados de acordo com a natureza de cada ativo e sua contrapartida, além de refletir uma estimativa de riscos de crédito, mercado e outros riscos associados. Um tratamento similar é adotado para exposição não registrada contabilmente, com alguns ajustes efetuados para refletir a natureza mais contingente das perdas potenciais.

O risco operacional foi calculado pelo método da abordagem padronizada alternativa.

Evolução do Patrimônio de Referência mínimo requerido para o Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	2023	2022
Total do patrimônio de referência - PR ⁽¹⁾	3.846.611	3.668.046
Nível I	3.161.610	2.942.791
Capital principal	3.161.610	2.942.791
Patrimônio Líquido (Nota 18)	3.200.399	2.977.080
Ajustes prudenciais	(38.789)	(34.289)
Nível II	685.001	725.255
Instrumentos de dívida subordinada ⁽²⁾	685.001	725.255
Ativos ponderados pelo risco - RWA	33.125.362	30.498.452
Risco de crédito por abordagem padronizada - RWAcpad ⁽³⁾	31.529.400	29.022.377
Risco operacional por abordagem padronizada alternativa - RWAopad ⁽⁴⁾	1.595.962	1.476.075
Índice de Basileia - Total	11,61%	12,03%
Capital nível I	9,54%	9,65%
Capital principal	9,54%	9,65%

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais**

(1) Conforme Resolução do CMN nº 4.955/21;

(2) Conforme Resolução BCB nº 122/21, novas Letras Financeiras foram adicionadas na composição do PR nível II com previsão de extinção permanente do direito de crédito contra a instituição emissora.

(3) Conforme Circular BACEN nº 3.644/13;

(4) Conforme Circular BACEN nº 3.640/13.

O índice de Basileia no Brasil é definido pela relação mínima de 10,5% (2022 – 10,5%) entre o total do PR e os ativos ponderados pelo risco (RWA), de 7,0% (2022 – 7,0%) entre o capital principal e o RWA, e de 8,0% (2022 – 8,5%) entre o nível I do PR e o RWA.

O índice de Basileia foi de 11,6% e os índices de Capital Principal e Nível I foram de 9,5% em 30 de junho de 2023.

(c) Outras despesas administrativas

	2023	2022
Despesas com serviços especializados	163.847	133.926
Despesas com registro de contrato	27.358	18.950
Despesas com publicidade	2.088	1.003
Despesas com depreciação e amortização	3.153	2.903
Despesas de comunicação e manutenção	1.976	2.047
Outras despesas administrativas	5.670	3.308
	<u>204.092</u>	<u>162.137</u>

(d) Outras receitas operacionais

	2023	2022
Recuperação de encargos e despesas (i)	34.998	20.330
Variação monetária ativa	43.836	31.257
Reversão de provisões (ii)	14.304	18.581
Outras receitas operacionais	5.484	3.401
	<u>98.622</u>	<u>73.569</u>

(i) Refere-se, principalmente, a atualização de depósitos judiciais

(ii) Refere-se, a reversão de processos fiscais.

(e) Outras despesas operacionais

	2023	2022
Despesas com descontos concedidos	75.415	116.286
Despesas com comissões e bonificações com vendas (i)	195.989	140.478
Despesas com busca e apreensão	80.604	47.857
Despesas com provisões operacionais (ii)	5.455	5.578
Outras despesas operacionais	39.328	33.451
	<u>396.791</u>	<u>343.650</u>

(i) Referem-se, principalmente, às despesas com comissões, bonificações e prêmios por performance.

(ii) Referem-se, principalmente, às despesas com provisões para outros passivos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais**

(f) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/20, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes de despesas, o qual não se espera que ocorram em exercícios futuros, dos semestres findos em 30 de junho de 2023 e de 2022. Detalhamos abaixo:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado recorrente	150.063	32.421
Resultado não recorrente	1.093	(11.481)
Provisão para devedores duvidosos (i)	1.093	(11.481)
Lucro líquido dos semestres	<u>151.156</u>	<u>20.940</u>

(i) Referem-se, ao agravamento do rating, no cálculo da provisão para devedores duvidosos, em virtude da crise financeira decorrente da pandemia, ressaltamos que, os clientes não se enquadravam nas condições estabelecidas na Resolução CMN nº 4.803/20.

(g) Rendas de tarifas bancárias

Referem-se, principalmente, às tarifas de confecção de cadastro, apropriadas ao resultado quando da efetivação das operações.

(h) Avais e fianças

Referem-se à carta de fiança bancária emitida pela Instituição, com a finalidade de garantir débitos discutidos nos processos judiciais. O saldo em 30 de junho de 2023 totaliza R\$ 10.745 (2022 - R\$ 10.089), cuja provisão é de R\$ 107 (2022 - R\$ 101), em conformidade com a Resolução do CMN nº 2.682/99.

(i) Eventos subsequentes

Em julho de 2023 a Instituição captou R\$ 700 milhões através do Driver Brasil Six Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver VI, os recursos captados suportam o desenvolvimento dos negócios, aliado à estratégia global da empresa em prover soluções de mobilidade no mercado.

(j) Resolução 4.966, de 25 de novembro de 2021

A Resolução CMN nº 4.966, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais**

A Instituição estruturou um plano de implementação, preparou um plano formal, aprovado internamente em sua governança, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado em: 1 – Diagnóstico dos principais pontos de impacto da Resolução 4.966: processos de reconhecimento, classificação e mensuração, adequação aos modelos de perdas esperadas, contabilização de hedge; 2 – Governança, Responsabilidades e Cronograma do projeto: envolvimento de diversas áreas da Instituição, contratação de consultoria dedicada ao projeto, definição de gestores do projeto responsáveis a frente de trabalhos e reportes ao Comitê executivo; 3 – Estruturação sistêmica: levantamento de sistemas impactados, desenho de arquitetura sistêmica, e revisão de processos.

Oportuno observar que o IFRS 9 já é adotado integralmente, para a elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*). No entanto, a exigência do Bacen requer adaptações, ajustes e desenvolvimento de ferramentas e modelos específicos.

Banco Volkswagen S.A.

C.N.P.J. nº 59.109.165/0001-49
Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SP

DIRETORIA

RODRIGO OTÁVIO ROCHA CAPURUÇO
Presidente

PIETER GRIEP
Diretor

LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
Diretor

CONTADOR

LEONARDO BUCSAN EMRICH
Contador - CRC MG-088837/O-0 T-SP

* * *

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento à Resolução nº 4910/2021, do Conselho Monetário Nacional, que revogou a Resolução nº 3198/2004, foi aprovada, na Assembleia Geral Extraordinária do Banco Volkswagen S.A. ("Banco Volkswagen") realizada em 27.03.2009, a criação do Comitê de Auditoria do Banco Volkswagen.

Este Comitê de Auditoria abrange o Conglomerado Prudencial, que engloba o Banco Volkswagen S.A. e sua controlada Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda. ("CNVW"), em atendimento à Resolução nº 130/2021, do Banco Central do Brasil.

Nos termos do Estatuto Social do Banco Volkswagen, o Comitê de Auditoria é composto, atualmente, por 03 (três) membros, devidamente qualificados nos atos que os elegeram: Srs. Luis Fabiano Alves Penteado, eleito como Presidente; Carlos Augusto da Silva, eleito como Membro Qualificado, e; Sra. Luciana Ibiapina Lira Aguiar, eleita como membro; todos nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2023, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2025.

Atuando com independência e em consonância com as disposições do Estatuto Social do Banco Volkswagen, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria aprovado pela Diretoria, e da regulamentação aplicável, o Comitê de Auditoria tem como principais atribuições: (i) avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos e do gerenciamento de riscos e recomendar correções ou aprimoramentos dentro do âmbito de suas atribuições; (ii) avaliar os trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias Interna e Independente, quanto a efetividade e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, incluindo a qualificação e a independência; (iii) avaliar o cumprimento, pela administração, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos; e (iv) revisar, previamente à divulgação ou à publicação, as demonstrações financeiras, notas explicativas, relatório da administração e o relatório do Auditor Independente do Banco Volkswagen e do CNVW.

As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações fornecidas pelas diversas Diretorias e no resultado dos trabalhos das Auditorias Interna e Independente, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários.

A Administração é responsável pelas políticas, processos e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen e do CNVW e na originação das informações utilizadas em sua elaboração. A Administração é, também, responsável pelas políticas, processos e procedimentos de controles internos que assegurem o adequado controle e monitoramento dos riscos do Banco Volkswagen e do CNVW e pela conformidade de suas atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna atua de forma independente na realização de trabalhos de avaliação (i) da efetividade e a eficiência dos sistemas e processos de controles internos, de gerenciamento de riscos e de governança corporativa, (ii) da confiabilidade, a efetividade e a integridade dos processos e sistemas de informações gerenciais, (iii) do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, às recomendações dos organismos reguladores e aos códigos de conduta internos, (iv) da salvaguarda dos ativos e as atividades relacionadas à função financeira da instituição, (v) das atividades, os

sistemas e os processos recomendados ou determinados pelo Banco Central do Brasil, e (vi) da estrutura de gerenciamento de riscos e à estrutura de gerenciamento de capital.

A Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. é responsável pela auditoria independente das demonstrações contábeis e emissão de opinião sobre a sua adequação, em todos os aspectos relevantes, em relação à posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen e do CNVW, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sendo também de sua responsabilidade auditar as Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial. Avalia, também, como resultado de seus trabalhos, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

O planejamento anual de trabalhos do Comitê de Auditoria é realizado no início de cada exercício, considerando as demandas regulamentares e os assuntos que possam impactar as demonstrações financeiras, a gestão de riscos e a gestão de controles internos, sendo revisado periodicamente conforme a execução de suas atividades.

Dentre as atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2023, destacam-se: (i) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023, incluindo notas explicativas, relatório da Administração e relatório da Auditoria Independente; (ii) zelar pela atuação, independência e qualidade das Auditorias Interna e Independente, inclusive quanto à definição e consecução de seus planos de trabalhos e à verificação do cumprimento de dispositivos legais, regulamentares e internos aplicáveis ao Banco Volkswagen e ao CNVW, além de regulamentos e políticas internas; (iii) acompanhar as providências tomadas para atendimento às recomendações decorrentes dos trabalhos do Auditor Independente, do Auditor Interno, bem como aquelas oriundas dos órgãos reguladores; (iv) avaliar os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) da Auditoria Independente; (v) zelar pela efetividade dos sistemas de gestão de riscos e de controles internos; (vi) realizar reuniões com executivos das áreas de gestão de riscos, jurídico, tributário, compliance, controles internos e contabilidade com o objetivo de zelar pela qualidade e efetividade de assuntos como gestão integrada de riscos, política de responsabilidade social, ambiental e climática, capital regulatório, operações com partes relacionadas, alterações regulatórias e normativas, cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares, inspeções e observações de órgãos reguladores, avaliação de controles internos, conduta e efetividade da prevenção a lavagem de dinheiro; e (vii) emitir o Relatório do Comitê de Auditoria, referente às atividades desenvolvidas relativas à mesma data-base e demais atividades pertinentes a este fórum.

Durante o desenvolvimento de suas atividades o Comitê de Auditoria formulou, sempre que julgou necessário, recomendações à Administração com objetivo de robustecer o ambiente de controles internos.

A política de independência e os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Independente no semestre findo em 30 de junho de 2023 também foram avaliados pelo Comitê de Auditoria, que constatou não haver evidências ou fatos que possam prejudicar sua atuação, sua opinião sobre a integridade das demonstrações financeiras e a postura independente de suas ações.

As atividades da Auditoria Interna foram acompanhadas pelo Comitê de Auditoria por meio de reuniões periódicas e da aprovação e da execução de seu plano anual e do acompanhamento de suas principais

conclusões, relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2023, que constatou que os trabalhos produzidos pela Auditoria Interna têm respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria para formar sua opinião sobre os riscos e controles da organização.

No decorrer de suas atividades, o Comitê de Auditoria não tomou conhecimento sobre fraudes, descumprimento de regulamentos, e nem sobre falhas de controles internos e contábeis que pudessem colocar em risco a continuidade do Banco Volkswagen e do CNVW.

Por todo o exposto, conclui o Comitê de Auditoria que: (i) os sistemas de gestão de riscos e controles internos são compatíveis com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o apetite de risco e o modelo de negócio do Banco Volkswagen e do CNVW, não tendo sido detectadas deficiências relevantes que possam impactar sua efetividade; (ii) os trabalhos realizados pelas Auditorias Interna e Independente do Banco Volkswagen e do CNVW são satisfatórios, possuem qualidade e independência; e (iii) as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023 encontram-se em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Não houve divergência entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria.

Em vista dos resultados dos trabalhos e avaliações que desenvolveu e com base no relatório da Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações decorrentes do contexto e alcance de sua atuação, recomenda à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023.

São Paulo, 29 de agosto de 2023.

Comitê de Auditoria

Luis Fabiano Alves Penteado – Presidente

Carlos Augusto da Silva – Membro Qualificado

Luciana Ibiapina Lira Aguiar – Membro